

na sua maior parte, de regularizações levadas a efeito; no ano anterior registaram um valor positivo de 5,5 milhões de euros, em consequência, principalmente, de mais valias apuradas na venda de uma participação financeira.

Por esta razão, o resultado líquido do Banco registou uma redução de 13,4% situando-se em 22,4 milhões de euros, o que traduz uma rentabilidade dos capitais próprios de 8,8%.

A rede de balcões atingiu, no final do ano, 126 agências em funcionamento, número este que incluí oito da sucursal em Portugal do Banco Popular.

O *ratio* de eficiência *cost to income*, que relaciona os custos de transformação (custos de funcionamento+amortizações) com o produto bancário registou uma melhoria considerável, tendo baixado de 56,7%, em 2002, para 53,6%, em 2003. Considerando apenas os custos de funcionamento, este *ratio* fixa-se em 46,9%.

No final do ano, as provisões para riscos de crédito representavam 240% do crédito vencido há mais de 90 dias e 192% do crédito vencido total, o que demonstra uma apreciável cobertura dos riscos de crédito.

O peso do crédito vencido há mais de 90 dias no crédito total registou uma redução de 1,27%, em 2002, para 0,60%, em 2003.

Por sua vez, a relação entre o crédito vencido total e o crédito total passou de 1,44% em 2002, para 0,75%, em 2003.

Finalmente, o crédito em incumprimento (crédito vencido + crédito de cobrança duvidosa) representava, no final de 2003, 1,07% do crédito total, apresentando uma cobertura por provisões para riscos de crédito de 135%.

A significativa melhoria destes indicadores deveu-se, em boa parte, a uma cessão de créditos vencidos concretizada em Setembro.

Não havendo outras intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos, foram submetidos à votação o relatório de gestão e as contas individuais e consolidada do exercício de 2003, tendo sido aprovados com o voto favorável do accionista único.

O presidente da mesa deu então por encerrado o 1.º ponto e por aberto o 2.º ponto da ordem de trabalhos:

«Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados relativos ao mesmo exercício.»

Sobre este ponto, foi apresentada à discussão a seguinte proposta do conselho de administração relativa à aplicação dos resultados do BNC — Banco Nacional de Crédito, S. A., referentes ao exercício de 2003:

«Em conformidade com o artigo 24.º dos Estatutos e tendo em consideração conveniência de maximizar o autofinanciamento dos capitais próprios, o conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2003 do BNC — Banco Nacional de Crédito, S. A., no montante de 18 973 447 euros, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal— 1 898 000 euros;
Para outras reservas —17 075 447 euros.»

Pediu e usou da palavra o presidente do conselho de administração para referir que a aplicação de resultados proposta tem como objectivo garantir um cert nível de autocapitalização que contribua para o aumento dos fundos próprios do Banco de modo a permitir manter o ritmo de crescimento da sua actividade nomeadamente do crédito concedido, sem comprometer o cumprimento do *ratio* de solvabilidade, e prosseguir os investimentos na modernização da área informática na expansão de rede de agências.

Não havendo mais intervenções, foi esta proposta submetida à votação, tendo sido aprovada pelo accionista único.

O presidente da mesa, considerou, assim, encerrado o segundo ponto, colocando de seguida, à discussão da assembleia o 3.º ponto da ordem de trabalhos:

«Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade durante o exercício em causa.»

Sobre este ponto foi apresentada, pelo representante do accionista, a seguinte proposta:

«Considerando a gestão eficiente e prudente seguida pelo conselho de administração, reflectida nos resultados alcançados pelo BNC no exercício de 2003, num quadro macroeconómico desfavorável e de forte concorrência no sector bancário;

Considerando a forma atenta e interessada como o fiscal único acompanhou evolução da actividade do BNC;

Propõe-se, de acordo com o artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, um voto de louvor e expressa confiança no conselho de administração e respectivos membros e no fiscal único.»

Posta esta proposta à votação, foi a mesma aprovada com o voto favorável do accionista único.

Antes de encerrar este ponto da ordem de trabalhos, pediram a palavra o presidente do conselho de administração e o fiscal único para agradecerem confiança manifestada pelo accionista.

O presidente da mesa deu por encerrado o 3.º ponto e por iniciado o quarto ponto da ordem de trabalhos «deliberar sobre aquisição e alienação de obrigações próprias».

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o conselho de administração apresentou seguinte proposta:

«O conselho de administração propõe à assembleia geral que delibere conferir-lhe poderes para adquirir e alienar obrigações próprias de qualquer natureza no número máximo permitido nos termos do Código das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável, quando e se entender necessário, nos seguintes termos:

1 — Que o prazo de aquisição e/ou alienação não exceda 18 meses a contar da data da deliberação da assembleia geral;

2 — Que as obrigações sejam sempre adquiridas e/ou alienadas através da Bolsa de Valores;

3 — Que o preço de aquisição e/ou alienação seja igual ao valor da cotação oficial no momento da operação.»

Posta esta proposta à discussão e não havendo intervenções, o presidente da mesa submeteu a mesma à votação, tendo sido aprovada com o voto favorável do accionista único.

O presidente da mesa deu então como encerrado o quarto e último ponto da ordem de trabalhos.

Esgotada a ordem de trabalhos, o presidente da mesa, depois de agradecer a colaboração do accionista, deu por encerrada a assembleia, tendo-se lavrada a presente acta para constar.

A Mesa da Assembleia Geral: *Jorge Manuel Bonito Pratas e Sousa*, presidente — *Fernando José Domingues Gonçalves*, secretário.
2003582061

NORVALOR — INVESTIMENTOS E GESTÃO DE VALORES, S. A.

Relatório n.º 10-C/2007

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matrícula n.º 16 838/661215; identificação de pessoa colectiva n.º 500028079; data da apresentação: 27 de Junho de 2003; pasta n.º 3945.

Certifico, que foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano 2002, referentes à sociedade em epígrafe.

Porto, 27 de Julho de 2003. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*.)

Relatório e contas de 2002

Relatório do conselho de administração

Srs. Accionistas:

Em cumprimento do estabelecido nos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à apreciação de VV. Ex.^{as} o relatório de gestão, as contas e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

1 — Informação geral

Em acção proposta pela empresa contra dois bancos, foi proferida sentença pelo Supremo Tribunal de Justiça, que condenou os bancos réus no pagamento de 546 000 euros de capital, acrescido de juros legais, o que totaliza a quantia aproximada de 1 360 000 euros, valor que foi recebido em Novembro de 2002.

Em uma outra acção proposta pela empresa, existem fortes possibilidades de um entendimento entre as partes, o que se traduziria no recebimento de uma quantia de cerca de 330 000 euros.

1.1 — Sociedades interligadas**1.1.1 — Sector têxtil:**

Conforme previsto, a Fitrofa — Fiação da Trofa, S. A., foi dissolvida no exercício de 2002.

Considerando os resultados da empresa, bem como as perspectivas pessimistas do sector têxtil foi deliberado, no início de 2003, encerrar a actividade industrial da Arborfil — Comércio Têxtil, S. A.

Assim, foram relevadas contabilisticamente, nas demonstrações financeiras de 2002, todos os movimentos previsíveis decorrentes daquela decisão, tais como indemnizações ao pessoal e venda de produtos, matérias-primas e equipamentos industriais, o que se traduziu em prejuízos significativos.

1.1.2 — Sector imobiliário:

A NVL — Sociedade Imobiliária, S. A., registou uma melhoria no seu resultado líquido devido, fundamentalmente, a dois factores:

Por um lado, foi efectuada a venda de um imóvel, com uma mais-valia significativa;

Por outro, a próxima libertação do edifício na Trofa arrendado à Arborfil — Comércio Têxtil, S. A., originou uma reavaliação livre desse edifício de modo a aproximar o seu valor contabilístico ao seu valor de mercado.

Na área do arrendamento, a situação geral da economia nacional tem dificultado o aparecimento de novos negócios.

1.2 — Sector hoteleiro

Os resultados da Sociedade Hoteleira do Arez, S. A., proprietária do Hotel da Cartuxa, em Évora, continuam plenamente satisfatórios.

Quanto à empresa Belamarim — Empreendimentos Turísticos, S. A., a situação permanece inalterada.

2 — Investimentos

No momento em que se concluir o processo de desinvestimento no sector têxtil, será avaliada a situação da empresa e reequacionadas

as perspectivas futuras, nomeadamente as possibilidades de investimento.

3 — Proveitos e custos

O mapa de demonstração de resultados e respectivo anexo parecerem-nos elucidativos para uma avaliação dos proveitos e dos custos no exercício de 2002.

Cumprir-se-á realçar que as perdas e ganhos financeiros em empresas do grupo no montante de 902 234 euros e 184 286 euros, respectivamente, se devem aos resultados das sociedades interligadas durante o exercício findo.

4 — Evolução previsível da sociedade

Conforme referido no ano anterior, e com excepção do sector têxtil, temos vindo a verificar uma evolução muito positiva nos negócios da nossa empresa. Encerrado o processo de desinvestimento no sector têxtil, bem como a questão das acções judiciais, analisaremos as perspectivas futuras do desenvolvimento da empresa.

5 — Acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2002, a empresa detinha 55 000 acções próprias com o valor nominal de cinco euros cada.

6 — Proposta de aplicação de resultados

Propomos que o resultado líquido expresso no balanço e demonstração de resultados, no valor negativo de 1 265 239 euros seja levado a resultados transitados.

7 — Inexistência de dívidas à segurança social

Em cumprimento do preceituado no artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 103/80, informamos que não temos dívidas para com a segurança social.

Porto, 24 de Abril de 2003. — O Conselho de Administração: *Luís de Oliveira Fontoura*, presidente — *João Nuno Brandão de Almeida Ribeiro* — *António Miguel Teles da Silva*.

Balanço em 2002**ACTIVO****(Em euros)**

	2002			2001
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	—	—	—	—
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	7 707	5 101	2 607	4 988
Equipamento administrativo	234	234	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
Imobilizações em curso	19 204	—	19 204	19 204
	<u>27 145</u>	<u>5 334</u>	<u>21 810</u>	<u>24 192</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas interligadas	5 694 742	—	5 694 742	4 330 650
Partes de capital em empresas participadas	109 736	—	109 736	109 736
Empréstimos a empresas participadas	149 593	—	149 593	165 181
Títulos e outras aplicações financeiras	664 298	55 281	609 017	614 198
	<u>6 618 370</u>	<u>55 281</u>	<u>6 563 089</u>	<u>5 219 765</u>
Circulante:				
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:				
Empresas interligadas	—	—	—	222 913

	2002			2001
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
(Em euros)				
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	14 315	—	14 315	15 008
Clientes de cobrança duvidosa	56 310	56 310	—	—
Empresas interligadas	710 811	—	710 811	174 579
Adiantamentos a fornecedores	1 950	—	1 950	1 739
Estado e outros entes públicos	75 232	—	75 232	20 538
Outros devedores	667	—	667	1 291
	<u>859 286</u>	<u>56 310</u>	<u>802 976</u>	<u>213 156</u>
Títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	856 905	—	856 905	33 955
Caixa	564	—	564	296
	<u>857 470</u>	—	<u>857 470</u>	<u>34 252</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	44	—	44	219
Custos diferidos	222	—	222	48
	<u>266</u>	—	<u>266</u>	<u>267</u>
<i>Total de amortizações</i>	—	<u>60 615</u>	—	—
<i>Total de provisões</i>	—	<u>56 310</u>	—	—
<i>Total do activo</i>	<u>8 362 535</u>	<u>116 926</u>	<u>8 245 610</u>	<u>5 714 544</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2002	2001
Capital próprio:		
Capital	2 750 000	2 750 000
Acções próprias:		
Valor nominal	— 275 000	— 275 000
Prémios e descontos	— 314 017	— 314 017
Prémios de emissão de acções	1 006 948	1 006 948
Ajustamentos de partes de capital	2 514 752	1 370 520
Reservas de reavaliação	505 463	505 463
Reservas:		
Reservas legais	548 678	548 678
Outras reservas	3 886 360	3 886 360
Resultados transitados	— 3 653 672	— 937 318
Resultado líquido do exercício	<u>— 1 265 239</u>	<u>— 450 346</u>
	<u>5 704 274</u>	<u>5 091 288</u>
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	<u>1 337 805</u>	<u>141 063</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	496 000	311 749
Fornecedores, c/c	13 877	6 019
Empréstimos obtidos	—	—
Outros accionistas	—	—
Estado e outros entes públicos	60 289	4 840
Outros credores	<u>610 181</u>	<u>137 897</u>
	<u>1 180 347</u>	<u>460 505</u>

(Em euros)

	2002	2001
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	23 184	21 688
Proveitos diferidos	—	—
	<u>23 184</u>	<u>21 688</u>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>8 245 610</u>	<u>5 714 544</u>

O Conselho de Administração: *Luís de Oliveira Fontoura*, presidente — *João Nuno Brandão de Almeida Ribeiro* — *António Miguel Teles da Silva*.

Demonstração dos resultados em 2002

CUSTOS E PERDAS

	2002		2001	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias	—	—	—	—
Matérias	—	—	—	—
Fornecimentos e serviços externos		338 243		79 679
Custos com o pessoal:				
Remunerações	58 880		57 447	
Encargos sociais:				
Outros	<u>39 916</u>	98 796	<u>38 753</u>	96 199
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	2 607		2 494	
Provisões	—	2 607	—	2 494
Impostos	6 759		3 577	
Outros custos e perdas operacionais	<u>2 629</u>	9 389	<u>2 484</u>	6 060
(A)		449 034		184 433
Perdas em empresas do grupo e associadas	902 234		329 728	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	5 180		5 180	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas interligadas	—		—	
Outros	<u>20 941</u>	928 355	<u>19 716</u>	354 624
(C)		1 377 389		539 056
Custos e perdas extraordinários		<u>945 157</u>		—
(E)		2 322 547		539 056
Imposto sobre o rendimento do exercício		<u>246</u>		<u>172</u>
(G)		2 322 793		539 228
Resultado líquido do exercício		<u>— 1 265 239</u>		<u>— 450 346</u>
		1 057 554		88 882

PROVEITOS E GANHOS

	2002		2001	
Vendas:				
Mercadorias	—	—	—	—
Produtos	—	—	—	—
Prestações de serviços		56 263		57 573
Variação da produção	—	—	—	—
Proveitos suplementares	—	—	—	—
(B)		56 263		57 573
Ganhos em empresas do grupo e associadas	184 286		—	

(Em euros)

	2002		2001	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Outros	—		—	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros	34 262	218 547	1 125	1 125
Proveitos e ganhos extraordinários (D)		274 811		58 698
		782 743		30 184
(F)		1 057 554		88 882
Resumo:				
Resultados operacionais (B)–(A) =		— 392 771		— 126 860
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =		— 709 808		— 353 498
Resultados correntes (D)–(C) =		— 1 102 579		— 480 358
Resultados antes de impostos (F)–(E) =		— 1 264 993		— 450 174
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =		— 1 265 239		— 450 346

O Conselho de Administração: *Luís de Oliveira Fontoura*, presidente — *João Nuno Brandão de Almeida Ribeiro* — *António Miguel Teles da Silva*.

Demonstração resultados por funções em 2002

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	56 263	57 573
Custo das vendas e das prestações de serviços	— 41 387	— 40 428
Resultados brutos	14 877	17 145
Outros proveitos e ganhos operacionais	2 069	30 184
Custos de distribuição	—	—
Custos administrativos	— 358 458	— 99 473
Outros custos e perdas operacionais	— 41 303	— 39 296
Resultados operacionais	— 382 815	— 91 440
Custo líquido de financiamento	— 23 512	— 21 076
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	— 1 663 106	— 329 728
Ganhos (perdas) em outros investimentos	— 10 021	— 7 931
Resultados não usuais e/ou não frequentes	814 462	—
Resultados correntes	— 1 264 993	— 450 174
Impostos sobre os resultados correntes	— 246	— 172
Resultados correntes após impostos	— 1 265 239	— 450 346
Resultados extraordinários	—	—
Impostos sobre os resultados extraordinários	—	—
Resultados líquidos	— 1 265 239	— 450 346
Resultados por acção	—	—

O Conselho de Administração: *Luís de Oliveira Fontoura*, presidente — *João Nuno Brandão de Almeida Ribeiro* — *António Miguel Teles da Silva*.

Demonstração dos fluxos de caixa em 2002

	2002	2001
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	56 957	46 304
Pagamentos a fornecedores	— 67 918	— 97 244
Pagamentos ao pessoal	— 104 218	— 95 211
Fluxo gerado pelas operações	— 115 180	— 146 151
Pagamento/recebimentos do imposto sobre o rendimento	4 642	— 9 887
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	— 270 494	126 617
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	— 390 316	— 9 647

	(Em euros)	
	2002	2001
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	1 328 927	1
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	—	—
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	<u>938 611</u>	<u>— 9 646</u>
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	15 587	163 419
Imobilizações corpóreas	—	—
Imobilizações incorpóreas	—	—
Subsídios de investimento	—	—
Juros e proveitos similares	34 437	900
Dividendos	—	—
	<u>50 024</u>	<u>164 318</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	—	—
Imobilizações corpóreas	— 225	—
Imobilizações incorpóreas	—	—
Empréstimos a associadas	—	— 98 712
	<u>— 225</u>	<u>— 98 712</u>
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	<u>49 799</u>	<u>65 606</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	—	—
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	—	—
Subsídios e doações	—	—
Venda de acções (quotas) próprias	—	—
Cobertura de prejuízos	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	— 184 251	— 99 760
Amortização de contratos de locação financeira	—	—
Juros e custos similares	19 659	— 19 475
Dividendos	—	—
Redução de capital e prestações suplementares	—	—
Aquisição de acções (quotas) próprias	—	—
	<u>— 165 192</u>	<u>— 119 234</u>
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	<u>— 165 192</u>	<u>— 119 234</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	823 218	— 63 274
Efeito das diferenças de câmbio	—	—
Caixa e seus equivalentes no início do período	34 252	97 526
Caixa e seus equivalentes no fim do período	857 470	24 252

O Conselho de Administração: *Luís de Oliveira Fontoura*, presidente — *João Nuno Brandão de Almeida Ribeiro* — *António Miguel Teles da Silva*.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício de 2002

As notas que se seguem respeitam a numeração definida na Directriz Contabilística n.º 14. Algumas das notas não foram incluídas, em virtude de não serem aplicáveis.

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2002	2001
Numerário	564	296
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	856 905	33 956
Depósitos à ordem (saldos credores)	—	—
Caixa e seus equivalentes	857 470	34 252
Depósitos à ordem (saldos credores)	—	—
Caixa e seus equivalentes	<u>857 470</u>	<u>34 252</u>

O Conselho de Administração: *Luís de Oliveira Fontoura*, presidente — *João Nuno Brandão de Almeida Ribeiro* — *António Miguel Teles da Silva*.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados para o exercício de 2002

(Montantes expressos em euros)

A Norvalor — Investimentos e Gestão de Valores, S. A., é uma sociedade anónima constituída em 19 de Novembro de 1966, que, desde Fevereiro de 1993, tem como actividade principal o exercício da actividade imobiliária e a aquisição e alienação de valores mobiliários, bem como a gestão da carteira dos valores mobiliários pertencentes à empresa.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). Algumas das notas prescritas pelo POC não foram incluídas, em virtude de não serem aplicáveis ou a sua inclusão não ser relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 — Principais critérios valorimétricos utilizados:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas. — O equipamento administrativo está registado ao custo de aquisição, encontrando-se totalmente amortizado.

A viatura ligeira, usada, adquirida em 2001, foi atribuída uma vida útil de três anos.

b) Investimentos financeiros. — Os investimentos financeiros em empresas do grupo encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos em imóveis foram reavaliados à data de 31 de Dezembro de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

As amortizações dos investimentos em imóveis são calculadas pelo método de quotas constantes, sendo as taxas aplicadas, calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	41 e 42

c) Acréscimos e diferimentos:

1) Estimativa para férias e subsídio de férias:

Considerando que o montante de férias e subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício, é um direito por eles adquirido através do seu trabalho no ano imediatamente anterior, a empresa releva contabilisticamente, no final de cada exercício, o valor das férias e subsídio de férias e respectivos encargos sociais pagáveis no ano seguinte.

2) Periodização de custos e proveitos:

A empresa reconhece os proveitos e os custos de acordo com o princípio da especialização do exercício.

d) Impostos diferidos:

A empresa reconhece os impostos diferidos nos termos definidos na Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 e na Directriz Contabilística n.º 28, aplicando o método do balanço.

6 — Situações que afectam impostos futuros:

A empresa não relevou impostos diferidos activos no montante de 1 061 416 euros, relativos aos reportes fiscais e provisões não aceites fiscalmente, existentes à data de 31 de Dezembro de 2002, devido à incerteza da sua recuperação durante os próximos exercícios.

7 — Número médio de pessoal:

Não há pessoal ao serviço da empresa, além dos seus três administradores.

10 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício, o movimento ocorrido nas rubricas do activo imobilizado bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reavaliação	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Activo bruto:						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	—	—	—	—	—	—
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento de transporte	7 482	225	—	—	—	7 707
Equipamento administrativo	234	—	—	—	—	234
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	19 204	—	—	—	—	19 204
	<u>26 920</u>	<u>225</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>27 145</u>
Investimentos financeiros:						
Partes capital em empresas interligadas	4 330 650	750 000	—	—	614 092	5 694 742
Partes capital em empresas participadas	109 736	—	—	—	—	109 736
Empréstimos a empresas participadas	165 181	—	—	—	— 15 587	149 593
Títulos e outras aplicações financeiras	370 607	—	—	—	—	370 607
Investimentos em imóveis	293 692	—	—	—	—	293 692
	<u>5 269 865</u>	<u>750 000</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>598 505</u>	<u>6 618 370</u>

A transferência de 614 092 euros nas partes de capital em empresas interligadas diz respeito aos ajustamentos feitos utilizando o método de equivalência patrimonial.

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reavaliação	Regulização	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	—	—	—	—	—

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reavaliação	Regulamentação	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	2 494	2 607	—	—	5 101
Equipamento administrativo	234	—	—	—	234
	<u>2 728</u>	<u>2 607</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>5 334</u>
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	50 101	5 180	—	—	55 281

12 — Reavaliação de imobilizações:

Os investimentos em imóveis foram reavaliados à data de 31 de Dezembro de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

Arborfil — Comércio Têxtil, S. A.:

Sede: Rua das Indústrias, Trofa.
Participação: 100%.
Capital próprio: — 1 478 869 euros.
Resultado do exercício: — 2 240 039 euros.

13 — Quadro discriminativo das reavaliações:

Os custos históricos de aquisição dos investimentos em imóveis e correspondentes reavaliações são, em 31 de Dezembro de 2002, os seguintes:

Belamarim — Empreendimentos Turísticos, S. A. (a):

Sede: Ruas Janelas Verdes, 47, Lisboa.
Participação: 20%.
Capital próprio: 575 992 euros.
Resultado do exercício: — 31 euros.

Rubricas	Custo histórico	Reavaliação	Valor contabilíst. reavaliado
----------	-----------------	-------------	-------------------------------

(a) Valores referentes ao exercício de 2000.

Investimentos financeiros:

Investim. em imóveis	205 559	32 852	238 411
----------------------------	---------	--------	---------

O acréscimo nas amortizações do exercício resultante da reavaliação ascende a 714 euros.

A empresa não procede à consolidação das demonstrações financeiras por estar dispensada ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

Em 31 de Dezembro de 2002, existiam dívidas de clientes de cobrança duvidosa no montante de 56 310 euros, as quais se encontram totalmente provisionadas.

16 — Firma e sede das empresas participadas:

NVL — Sociedade Imobiliária, S. A.:

Sede: Rua Rainha D. Estefânia, 246, sala 38, Porto.
Participação: 91,58%.
Capital próprio: 6 218 321 euros.
Resultado do exercício: 201 229 euros.

32 — Responsabilidade por garantias prestadas:

Existe uma garantia prestada pelo Banco BPI, cujo beneficiário é a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, no valor de 7647 euros.

34 — Movimentos nas contas de provisões:

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Provisões para aplicação tesouraria	—	—	—	—
Provisões para cobrança duvidosa	56 310	—	—	56 310
Provisões para ORE	141 063	1 196 742	—	1 337 805
Provisões para depreciação de existências	—	—	—	—
Provisões para investimentos financeiros	—	—	—	—
	<u>197 373</u>	<u>1 196 742</u>	<u>—</u>	<u>1 394 115</u>

A provisão para outros riscos e encargos resulta das perdas na Arborfil — Comércio Têxtil, S. A., cujo valor contabilístico da participação é nulo.

36 — Composição do capital social:

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da empresa está representado por 550 000 acções de valor nominal cinco euros, encontrando-se 55 000 na sua posse.

40 — Movimento nas rubricas de capitais próprios:

O movimento ocorrido nas rubricas de capitais próprios foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Capital	2 750 000	—	—	2 750 000
Acções próprias:				
Valor nominal	— 275 000	—	—	— 275 000
Prémios e descontos	— 314 017	—	—	— 314 017

	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Prémios de emissões de acções	1 006 948	—	—	1 006 948
Ajustamentos de partes de capital	1 370 520	1 332 041	187 809	2 514 752
Reservas de reavaliação	505 463	—	—	505 463
Reservas:				
Reservas legais	548 678	—	—	548 678
Outras reservas	3 886 360	—	—	3 886 360
Resultados transitados	— 3 937 318	— 450 346	— 733 992	— 3 653 672
Resultados líquidos exercício	— 450 346	— 1 265 239	— 450 346	— 1 265 239
	5 091 288	— 383 544	— 996 530	5 704 274

43 — Remuneração dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício de 2002 foram as seguintes:

Conselho de administração — 58 380 euros.
Fiscal único — 5650 euros.
Mesa da assembleia geral — 500 euros.

44 — Repartição das prestações de serviços por mercados geográficos:

A totalidade das prestações de serviços ocorreram no mercado interno.

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

São apresentados os resultados financeiros para o exercício de 2002, bem como sua comparação com o exercício de 2001:

CUSTOS E PERDAS

	2002	2001
681 — Juros suportados	20 371	19 227
682 — Perdas em empresas do grupo	902 234	329 728
683 — Amortização de investimentos em imóveis	5 180	5 180
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	—	14
686 — Descontos de pronto-pagamento concedidos	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiros	570	475
Resultados financeiros	(709 808)	(353 498)
	218 547	1 125

O valor das perdas em empresas do grupo resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial às filiais e associadas.

PROVEITOS E GANHOS

	2002	2001
781 — Juros obtidos	474	1 125
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas	184 286	—
786 — Descontos de pronto-pagamento obtidos	2	—
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	33 785	—
	218 547	1 125

O valor dos ganhos em empresas do grupo resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial às filiais e associadas.

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

São apresentados os resultados extraordinários para o exercício de 2002, bem como sua comparação com o exercício de 2001:

CUSTOS E PERDAS

	2002	2001
696 — Aumentos de amortiz. e provisões	945 157	—
Resultados extraordinários	(162 414)	30 184
	782 743	30 184

PROVEITOS E GANHOS

	2002	2001
794 — Ganhos em imobilizações	1 995	30 184
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	15	1
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	780 733	—
	782 743	30 184

48 — Investimentos financeiros:

a) O detalhe da rubrica de investimentos financeiros é o seguinte:

Partes de capital em empresas interligadas:

NVL — Sociedade Imobiliária, S. A.	5 694 742
Arborfil — Comércio Têxtil, S. A.	—
	5 694 742

Partes de capital em empresas participadas:

Belamarim — Empreendim. Turísticos, S. A.	109 736
--	---------

Empréstimos a empresas participadas:

Belamarim — Empreendim. Turísticos, S. A.	9 307
Quinta da Foz — Empreendim. Imobiliários, S. A.	140 287
	149 593

Títulos e outras aplicações financeiras:

Sociedade Hoteleira do Arez, S. A.	308 257
Quinta da Foz — Empr. Imobiliários, S. A.	62 350
Investimentos em imóveis	293 692
	664 298

Os montantes descritos acima como empréstimos de financiamento dizem respeito, na sua totalidade, a suprimentos efectuados às referidas sociedades.

b) A diferença encontrada no valor dos resultados operacionais na demonstração de resultados por natureza e por funções, deve-se aos ajustamentos efectuados, conforme mapa que a seguir se apresenta:

Contas	Demonstração de resultados por funções	Ajustamentos	Demonstração de resultados por natureza
Resultados operacionais	— 382 815	—	—
6313 — Imposto de selo	—	— 3 046	—
6222302 — Seguros (imóveis)	—	— 240	—
62232 — Conservação e reparação	—	— 4 600	—
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	—	— 2	—
7889 — Outros proveitos e ganhos financeiros	—	— 57	—
794 — Ganhos em imobilizações	—	— 1 995	—
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	—	— 15	—
Resultados operacionais	—	—	— 392 771
	— 382 815	— 9 955	— 392 771

c) Numa acção proposta pela empresa contra dois Bancos, foi proferida sentença pelo Supremo Tribunal de Justiça, que condenou os Bancos Réus no pagamento de 546 184 euros de capital, acrescido de juros legais, o que totaliza a quantia de 1 360 646 euros, valor que foi recebido em Novembro de 2002.

O valor do capital foi reconhecido na rubrica de resultados transitados, os juros referentes aos exercícios anteriores, no montante de 780 733 euros, estão reconhecidos nos proveitos e ganhos extraordinários (rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinários), e os juros referentes ao exercício de 2002, no valor de 33 729 euros estão reconhecidos nos proveitos financeiros (rubrica de outros proveitos e ganhos financeiros).

Em uma outra acção proposta pela empresa, existem fortes possibilidades de entendimento entre as partes, o qual se poderá traduzir no recebimento, em 2003, de cerca de 330 000 euros.

d) O aumento das amortizações e provisões extraordinárias relaciona-se com a estimativa de perda no encerramento da actividade da Arborfil — Comércio Têxtil, S. A., a ocorrer em 2003.

O Conselho de Administração: *Luís de Oliveira Fontoura*, presidente — *João Nuno Brandão de Almeida Ribeiro* — *António Miguel Teles da Silva*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da Norvalor — Investimentos e Gestão de Valores, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2000 (que evidencia um total de 8 245 610 euros e um total de capital próprio de 5 704 274 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 265 239 euros), as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

i) A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

ii) A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

iii) A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

iv) A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Reserva*. — Conforme referido na nota n.º 48 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, a empresa registou em resultados transitados o valor de 546 184 euros relativo a uma indemnização recebida no exercício referente a perdas registadas em exercícios anteriores, a qual em nossa opinião deveria afectar os resultados do exercício.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo anterior, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Norvalor — Investimentos e Gestão de Valores, S. A., em 31 de Dezembro de 2002 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 24 de Abril de 2003. — Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *Hermínio António Paulos Afonso*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração da Norvalor — Investimentos e Gestão de Valores, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos, tendo as respectivas excepções sido comunicadas ao conselho de administração.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, excepto no aspecto mencionado na certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados, excepto no aspecto mencionado na certificação legal das contas;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Porto, 24 de Abril de 2003. — O Fiscal Único, Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *Hermínio António Paulos Afonso*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 58 da assembleia geral

Pelas 11 horas do dia 29 de Maio de 2003, no Hotel Ipanema, sito na Rua do Campo Alegre, 156, no Porto, teve lugar a assembleia geral da Norvalor — Investimentos e Gestão de Valores, S. A., conforme avisos convocatórios publicados no *Diário da República*, n.º 116, 3.ª série, do dia 20 de Maio, jornal *O Primeiro de Janeiro*, do dia 9 de Maio, *Boletim de Cotações da Euronext Lisboa*, do dia 8 de Maio, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Discussão, aprovação ou modificação do relatório, balanço e contas apresentados pelo conselho de administração e do parecer do fiscal único, relativos ao exercício de 2002;

2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

A reunião foi presidida pelo Dr. Paulo Miguel Matos Vallada, e secretariada pelo Dr. Luís Filipe Oliveira da Costa.

Estiveram presentes nesta assembleia geral todos os restantes membros dos corpos sociais em funções, com excepção do fiscal

único Dr. Hermínio António Paulos Afonso que, devido a ausência temporária no estrangeiro, se fez representar pelo Dr. Luís Filipe de Sá Ferreira.

Começando por verificar a lista dos accionistas presentes ou representados, assim como a quantidade das respectivas acções e votos, no livro de presenças que esta sociedade dispõe para o efeito, e constatando que as 388 729 acções que os accionistas presentes ou representados comprovaram possuir, representavam 3886 votos e cerca de 78,5% do capital social votante, o presidente da mesa saudou os presentes, declarou aberta a sessão e procedeu à leitura da ordem do dia.

A todos os presentes foram distribuídas cópias dos documentos que iriam ser objecto de deliberação nos pontos um e dois da ordem do dia, pelo que foi proposta a dispensa da leitura desses extensos documentos.

Passou-se então à apreciação do ponto um da ordem do dia, tendo o presidente da mesa convidado os presentes a pronunciarem-se sobre a matéria nele constante.

O presidente do conselho de administração, Dr. Luís de Oliveira Fontoura, fez um breve resumo dos factos mais marcantes do exercício em apreciação, nomeadamente os referentes aos processos judiciais que se têm vindo a resolver de forma satisfatória. Não tendo mais nenhum dos presentes manifestado a intenção de intervir, passou-se de imediato à votação deste ponto da ordem do dia, o qual foi aprovado por unanimidade dos accionistas presentes ou representados.

Entrando no ponto dois da ordem do dia, na ausência de quem desejasse usar da palavra, o presidente da mesa pôs o ponto dois a votação, tendo a proposta de que o resultado líquido de 2002, de menos 1 265 239 euros, seja levado a resultados transitados, sido aprovada por unanimidade dos accionistas presentes ou representados.

Passando ao ponto três da ordem do dia, o presidente da mesa propôs uma deliberação de confiança nos órgãos de administração e fiscalização, deliberação esta aprovada por unanimidade dos accionistas presentes ou representados.

E nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa agradeceu a presença e participação de todos os presentes, deu por finda a reunião e, para constar, lavrou-se a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa da assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral: *Paulo Miguel Matos Vallada*, presidente — *Luís Filipe Oliveira da Costa*, secretário. 2002586497

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750